



URGENTE

**CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
CONSELHO DE MINISTROS**

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de 2004, o Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, formado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, que o preside, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda e pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIV do art. 6º da Resolução CMED nº 3, de 29 de julho de 2003, decidiu:

- Nos autos administrativos nº 25351.008356/2004-74, acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, no sentido de se negar provimento ao recurso interposto pela empresa *E.M.S. S/A* para manter o preço inicial do medicamento *Atenegan* na apresentação *50 mg caixa com 28 comprimidos*, como determinava o art. 8º da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, à época regulamentada pela Resolução CAMED nº 13, de 17 de dezembro de 2001.
- Nos autos administrativos nº 25351-058004/2003-89, acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, no sentido de negar provimento ao recurso interposto pela empresa *Servier do Brasil Ltda.* para manter o preço inicial do medicamento *Preterax* na apresentação *2 mg mais 0,625 mg caixa com 30 comprimidos*, como determinava o art. 8º da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, à época regulamentada pela Resolução CAMED nº 13, de 17 de dezembro de 2001.
- Nos autos administrativos nºs 25351-004521/01-03 e 25351-004248/01-91 (apensados), acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, no sentido de se manter a decisão de responsabilizar a empresa *Laboratório De Mayo Ltda. e Haller Química Ltda.* por violação ao arts. 5º e 11, ambos da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, e aplicar multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em conformidade com o disposto no art. 15, da Lei nº 10.213, de 2001.

- Nos autos administrativos nº 25351-005691/02-14, acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, no sentido de se manter a decisão de responsabilizar a empresa *ICN Farmacêutica Ltda.* por violação ao art. 3º da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, combinado com o art. 10 da Resolução CAMED nº 11, de 19 de outubro de 2001, e aplicar multa de R\$ 212,82 (duzentos e doze reais e oitenta e dois centavos) em conformidade com art. 14 da Lei nº 10.213, de 2001.



HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA
Ministro de Estado da Saúde



MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro de Estado da Justiça



ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado da Fazenda



JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro-Chefe da Casa Civil



LUIZ FERNANDO FURLAN
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior